

ANJOS DO LAR: O DIA-A-DIA DAS “MULHERES DE FAMÍLIA” E A LOUCURA NO RECIFE (1930-1945)

Maria Concepta Padovanⁱ

Resumo:

Com a modernização ocorrida na cidade do Recife entre as décadas de 1930-1945, observou-se uma mudança significativa nos usos do perímetro urbano. E para que a ordem fosse preservada, a psiquiatria atuou juntamente ao governo, de forma que as preocupações voltaram-se para as mesmas áreas: a atuação da mulher - responsável pela família - no meio urbano, tido como “potencial superfície de emergência da loucura”. Neste contexto, procurou-se observar como a desobediência aos trajetos destinados às figuras femininas, numa relação direta com os papéis sociais traçados para elas, foi associada a uma das formas de loucura da época.

Palavras-chave: mulher, cidade, loucura.

ABSTRACT:

With the modernization in Recife city, between 1930-1945, it was possible to observe significant changes in the ways the urban region was used. And to preserve the order, the psychiatry acted along with the government, in the same issued areas: the women – responsible for the family - behavior in the urban space, considered a “potential area” for the appearance of madness. In this context, this paper tried to focus on how the disobeying of the paths designed to the women, in a strait relation with their social duties, were associated to one of the current madness types of the time.

Key-words: women, city, madness.

No período do Governo Vargas (1930-1945), a cidade do Recife passou por diversas modificações em sua estrutura urbana, como continuação de um processo que tivera início na primeira década do século XXⁱⁱ.

Fruto das reorganizações sociais em que conviviam uma “burguesia agro-industrial açucareira” e novos grupos sociais lutando por melhores condições de vida, trabalho, além de novas formas de lazer (GOMES, 2007), a cidade transformava seus contornos de forma abrupta, expressando os conflitos entre a tradição e a modernidadeⁱⁱⁱ (REZENDE, 2005).

Entretanto, essa modernização empreendida desde o início do século, que tanto causou sentimentos contraditórios na população, teve suas justificativas ainda mais acentuadas mediante o golpe que levou Vargas ao poder em 1930, frente às necessidades de viabilização de um

embelezamento “higiênico” que pudesse ser compatível com a monumentalidade e importância do novo regime político instaurado (GOMES, 2007).

Essa preocupação de se associar a estética com a higiene, herança da virada do século XIX (do medo dos surtos epidêmicos nas grandes cidades), e necessária ao estabelecimento da nova ordem, acabou incentivando a criação de espaços ao ar livre, como praças, jardins e grandes avenidas, onde a circulação impedisse ao máximo a concentração de agentes causadores de doenças.

Dessa forma, no Governo de Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1935), quando a população já havia atingido a cifra de 238 mil habitantes espalhados entre 23.210 mocambos e 23.869 prédios (REZENDE, 2005: 107), essas diretrizes para intervenção urbana norteavam os principais projetos: alargamento e calçamento de ruas, arborização, substituição de paralelepípedos por asfalto, entre outros.

Com a chegada do Estado Novo (1937-1945) ao Recife, trazendo consigo um novo governador, Agamenon Magalhães, questões como o saneamento, a modernização e a ordenação, e suas implicações sociais, passaram a ser encaradas como prioridades do governo a partir de três linhas de ação que visavam as regiões do litoral, agreste e sertão: os centros educativos operários, o combate aos mocambos e a política agrícola (PONTUAL, 2001: 65-69).

Em termos de ações empreendidas, foi um período em que pode-se enumerar a padronização dos bairros, tendo como princípios o progresso e a uniformização. Dentro deste processo foram demolidos diversos tipos de edificações, entre as quais encontravam-se tanto estabelecimentos comerciais quanto depósitos, oficinas e espaços de lazer, bem como edifícios históricos (REZENDE, 2005). Muitas residências de particulares também foram erguidas em estilo considerado moderno para a época, tendo seus projetos assinados por engenheiros, e contribuindo para a chamada “renovação” da cidade (PRA VOCÊ, 1930).

Para dar suporte a tal projeto, foi criado todo um ideal do “novo homem brasileiro”, num esforço coletivo entre diversos setores da intelectualidade juntamente ao governo, onde aspectos católicos e patrióticos se misturavam ao corporal, constituindo símbolos (como a família e o trabalho), que eram veiculados pela propaganda, e amplamente utilizados para se atingir a emoção popular e provocar um entendimento passivo e sem reflexões (PADOVAN, 2007: 23-35).

É interessante observar a grande importância desta associação de aspectos culturais a características corporais, que remonta desde tradições medievais e renascentistas até o século XIX (SENNET, 2008), quando os esquemas anatômicos e funcionais dos corpos passaram a inspirar também alguns projetos de locomoção das urbes.

A partir destas concepções, a cidade, enquanto imagem espelhada do corpo, poderia estar sujeita aos mesmos tipos de regras e intempéries. Pelos usos que dela se fazia, é possível dizer, de acordo com alguns autores (NUNES, 1994:21), que esta possuía um “estado de espírito”, que

assim como o de um corpo humano, podia vir a perturbar-se.

E na construção desta associação de sentidos e usos de conceitos entre a realidade corporal, oferecida pelos estudos científicos, e o ambiente urbano, a psiquiatria - como portadora de determinados saberes - acabou ganhando certo destaque devido às suas possibilidades de atuação permitirem maior esquadrinhamento social e a identificação de grupos e áreas “de risco”, além de propor medidas para seu controle e prevenção (PADOVAN, 2007: 23-35).

Esses saberes psiquiátricos partiam da teoria da “Anormalidade”, desenvolvida pelo alemão E. Kraepelin (1856-1926), que resgatava a noção de degenerescência desenvolvida anteriormente por Benedict Morel (1809-1873), de forma a contribuir para a formação de uma base científica sobre os pensamentos da psiquiatria, e cuja principal preocupação recaía nas questões nosológicas e nosográficas (PEREIRA, 2001: 126-129).

A Teoria da Degenerescência estava baseada na noção de hereditariedade, e relacionava-se à ideia de uma “decadência” gradual e progressiva de um tipo primitivo perfeito do ser humano, além de destacar as influências do meio como uma de suas causas (PEREIRA, 2008: 490-496).

Além disso, a teoria de Morel também admitia uma gradação da patologia que não havia antes, ampliando o conceito de loucura e englobando parte da população que escapava ao controle convencional da sociedade (PORTOCARRERO, 2002). Suas ideias também colaboraram para o desenvolvimento da noção de que a cidade pode “adoecer”, na medida em que agrega um grande número de degenerados, abrindo espaço para o aparecimento de políticas de normatização e “limpeza” social (CUNHA, 1986).

A teoria de Kraepelin, por sua vez, tinha como principais objetivos descrever e classificar as doenças mentais a partir da observação e descrição de fenômenos clínicos. Este processo, que constituía uma espécie de busca pela “história natural” da doença, também permitiria uma observação de seu início, evolução e desfecho (como em Morel), tornando possível situar as patologias em um quadro nosológico, de acordo com suas características observadas (PEREIRA, 2001: 126-129).

Esta concepção acabou por apoiar uma visão de loucura, como doença independente e possuidora de uma “essência” própria, cujas causas poderiam ser conhecidas; e que veio a se tornar a base sobre a qual a psiquiatria trabalhou durante a primeira metade do século XX^{iv}.

Além disso, por se dedicar aos aspectos clínicos em associação às ideias de Morel (degenerescência moral em decorrência das influências do meio), proporcionou o desenvolvimento de um conceito específico de doença mental que apresenta-se enquanto uma relação entre constituição física e personalidade (sendo esta construída tanto pela hereditariedade quanto pelo meio).

Em Pernambuco não foi diferente, estando os estudos realizados pela psiquiatria da época em conformidade com estas teorias, que seriam de extrema importância para os trabalhos

realizados a partir do início dos anos de 1930 em Pernambuco, uma vez que o responsável pela direção dos trabalhos psiquiátricos no Estado, Ulysses Pernambucano, tomava-as como uma das principais diretrizes modernas para o tratamento das doenças mentais.

Nomeado pelo então governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, para a organização do tratamento aos doentes mentais, Ulysses criou o Serviço de Assistência a Psicopatas, efetivado pelo decreto n° 26 do Interventor Federal, de 1 de janeiro de 1931, e cujo impacto na organização e execução das maneiras de lidar com os doentes mentais foi considerado uma verdadeira revolução (BOLETIM DE HIGIENE MENTAL, abril/1935).

A composição desta nova Assistência remodelava e ampliava os cuidados dedicados à doença mental, e compreendia os seguintes grupamentos: Serviços para doentes mentais não alienados; Serviços para doentes mentais alienados; Manicômio Judiciário e Serviço de Higiene Mental (BOLETIM DE HIGIENE MENTAL, abril/1934).

O caráter científico desse novo trabalho voltou-se principalmente para a introdução de métodos especializados de diagnósticos e terapêuticas no trato da doença mental, além do uso e a adaptação das modernas teorias e métodos aos problemas específicos de Pernambuco, com destaque para as preocupações com a constituição, e biotipologia e as questões da personalidade (CARRILHO, 1937:10).

Para a disseminação desses trabalhos Ulysses organizou também um esquema de publicações a partir da fundação da revista *Arquivos de Assistência à Psicopatas de Pernambuco* (1931), pela qual foram publicados artigos sobre os estudos do Q.I. dos estudantes, seu vocabulário e a padronização de testes de inteligência para os escolares recifenses, além de uma série de observações sobre as religiões no Recife (ARQUIVO DE ASSISTÊNCIA À PSICOPATAS DE PERNAMBUCO, 1932).

Posteriormente, de forma a dar continuidade às publicações, fundou a revista *Neurobiologia* (1938), órgão oficial da Sociedade de Psiquiatria, Neurologia e Higiene Mental do Nordeste Brasileiro (LUCENA, 1979: 271), abarcando trabalhos não só do setor médico, mas de todos os intelectuais envolvidos com a problemática da higiene social.

Sua produção escrita, ou sua influência na produção psiquiátrica da época, denominada de Escola do Recife^v, pode ser descrita como marcada pela preocupação nas questões da psiquiatria social. Essa tradição teórica e prática introduzida e estimulada por Ulysses foi um marco considerável nas formas de pensar e agir sobre a saúde mental, perpetuando-se mesmo após seu afastamento da direção dos Serviços de Assistência (1938), e até mesmo após sua morte (1943), quando foi levada adiante por seus discípulos (PADOVAN, 2007: 21).

Dentre os principais aspectos que apareciam entre os estudos sobre saúde mental, a família era uma das preocupações mais urgentes, esta considerada a maior fonte de inspirações e estímulos morais de um país, além de ser sua base propriamente dita constituída de cidadãos.

A partir dessa ideia, tudo o que estivesse associado à família era exaltado como saudável, motivo de felicidade e admiração social.

Entretanto, mulher e família são sempre assuntos correlatos, indissociáveis, uma vez que, de acordo com a ótica psiquiátrica, as mulheres seriam as grandes responsáveis pela manutenção da união familiar, a “base da nação”, sendo seu papel “natural” o de esposa e mãe, e que consistia numa forte repressão a suas vontades próprias em função das da família (NUNES, 2000).

Mas o corpo feminino representava ainda um “mistério” quanto ao seu funcionamento, de forma que deveria ser tratado com muita cautela, pois poderia revoltar-se a qualquer momento, revelando suas características mais “selvagens”, tornando-se até “anormal”. Desta forma, um severo adestramento deveria ser exercitado desde cedo, no sentido de impedir quaisquer excessos desastrosos à ordem social (NUNES, 2000).

Esse “adestramento” consistia em disciplinar o corpo feminino, não só quanto às habilidades para expressar gestos e comportamentos, mas também quanto à capacidade de utilizar o seu tempo e espaço - principalmente o urbano, que não lhe cabia (era-lhe natural o direito a reinar no lar, e anormal a busca pelo ambiente público) de forma adequada (SOUSA, 2008: 04).

Entretanto, da década de 1930 a meados de 1940, as mulheres, que apesar de destinadas a “reinar” nos lares familiares, irrompiam cada vez em maior quantidade em espaços públicos, causando tumultos à ordem e espelhando a cidade em seu “corpo”, e não nos homens a quem por direito era o espaço destinado.

Com as transformações na estrutura e utilização da cidade, as residências não mais ofereciam opções suficientes para manter as moças em afazeres domésticos, ao passo que as ruas nunca foram mais convidativas, como pode-se perceber a partir de artigos em jornais e revistas da época, como os versos acima.

Os novos espaços tornaram-se logo o principal local de circulação e execução de atividades recreativas, que sob as “promessas da modernidade”^{vi} acabavam incorrendo em alguns tipos de transgressão dos valores tradicionais da sociedade recifense.

De acordo com as publicações da época, como a revista “Pra Você”^{vii}, os principais locais de divertimento da juventude da elite recifense eram as praças e clubes espalhados pelos diversos bairros, como o Tênis Clube de Boa Viagem, que era considerado um espaço inovador: “associação que no curto espaço de um ano, tem realizado verdadeiros milagres de elegância nos hábitos sossegados da nossa pacatíssima cidade” (PRA VOCÊ, 1930:18); além de oferecer às moças espaço para lazer e esportes de forma segura para com a ordem e a moralidade.

Nas épocas de carnaval, ainda abrigavam bailes carnavalescos e de “antecipação do carnaval” disputados, denominados de “notáveis acontecimentos mundanos”, e compostos de

“dancings” e “souters-dancings”^{viii}, para os quais deviam-se reservar mesas com antecedência (PRA VOCÊ, 1930: 15).

Os eventos mais disputados eram os do Clube Internacional do Recife com seu famoso “Bal Masquê”; o do Clube Esportivo de Ponte d'Uchoa, cuja ideia do baile de 1930 partira de um grupo de moças sócias do clube e “foi imediatamente aceita sem discussão”; além do existente no Jockey Clube de Pernambuco, “uma das nossas mais legítimas tradições de elegância”. Neste último, o turfe também constituía-se em boa oportunidade para as moças desfilarem frente aos olhos masculinos, além de para exibirem a última moda (JORNAL DO COMÉRCIO, 12-08-1941).

Sua popularidade só rivalizava, entre a gente da elite, com os bailes oferecidos pelos moradores da Rua da Aurora, a “fina flor” da sociedade que abria seus salões aos seletos grupos de amigos (PRA VOCÊ, 1930: 15), além dos tradicionais desfiles de “corso”, que eram a oportunidade perfeita para andar nos novos automóveis pela cidade.

Os passeios diários estendiam-se pela orla de Boa Viagem e Olinda, onde poderia haver banhos de mar, atividades esportivas em grupo, ou apenas conversas descontraídas. No entanto, como frisava a revista, era também uma oportunidade perfeita para se exibir ou cultivar uma aparência mais “interessante”^{ix} aos homens:

“Toda a elegância dos banhos de mar, consistia justamente, em não cair n'água” (PRA VOCÊ, 1930:16);

“banho de sol é bom para acentuar o moreno da pele, e as lindas 'brunettes' pernambucanas não vão muito com essa história dos cavalheiros preferirem as loiras” (PRA VOCÊ, 1930: 16).

De acordo com as imagens publicadas nas revistas, a Rua Nova, onde figuravam os principais estabelecimentos provedores da última moda, tinha especial encanto sobre as jovens, assim como as confeitarias, como a Glória, onde podiam refazer-se de uma tarde de compras e prepararem-se para o retorno às suas casas nos bondes.

Esses passeios à tarde eram geralmente denominados pela imprensa de “footing”, e efetuados quase que diariamente pelas mulheres recifenses, o que fez com que a publicação se referisse a esses momentos como “alegres”, ou um “lindo espetáculo frívolo das ruas cheias de mulheres” (PRA VOCÊ, 1930: 23). E, apesar de parecer a algumas pessoas da sociedade uma questão problemática, eram até certo ponto defendidos pela própria psiquiatria como medida profilática e higiênica, de forma que as moças não acabassem se desvirtuando na tentativa de realizarem atividades proibidas:

“Os pais não devem vigiar as distrações das moças intervindo com medidas

restritivas, violentas e absolutas porque se expõe a despertar uma curiosidade malsã e juntar um atrativo ao que proíbem. Mostrando-lhes os perigos dos maus espetáculos e das leituras excitantes é necessário cultivar sentimentos opostos. 'Não se destrói senão aquilo que se substitui' diz o vulgo. Para afastar as moças dos espetáculos chocantes é necessário encaminha-las para coisas úteis e agradáveis: concertos, boas peças teatrais, visitas aos museus e exposições, passeios e excursões instrutivas, visitas às instituições sociais, etc. Assim dirigida para o útil e o belo, a excessiva sensibilidade da moça contribuíra para estimular um desenvolvimento psíquico harmonioso em vez de entravá-lo ou desviá-lo" (BOLETIM DE HIGIENE MENTAL, abril de 1939).

Entretanto, mesmo estes deslocamentos permitidos no perímetro urbano não eram isentos de regras e cuidados para com as expressões corporais, pois um andar mais "diferente" poderia por em risco a boa reputação de uma moça, como um artigo de Ramalho Ortigão, em um jornal de Jacobina, declarava:

"COMO SE CONHECE UMA MULHER PELO ANDAR:

A que se balanceia, para um e outro lado, não conhece a modéstia nem ao menos pelo avesso. A que pela rua vai mirando a cauda do vestido, os pés, as mangas, e a ponta do nariz entortando a vista, é presumida e não serve para nada. A que anda simplesmente, e só olha quando necessário, sem fixar demasiadamente, e que não anda depressa nem devagar, nem direita nem curvada, nem leva no vestuário muitos enfeites, nem dá gargalhadas na rua, nem vai tão séria que assuste, nem tão alegre que faça rir, é modesta, dócil, delicada e honesta. Finalmente, é uma mulher às direitas" (BATISTA, 2008:03).

Neste sentido, boa parte do tempo das moças era geralmente dedicado a atividades de estudo, as quais muitas vezes davam conta em recitais; e seus trajetos urbanos eram muitas vezes determinados sobretudo pelas condições climáticas. Como atesta a revista:

"Em dias de sol, a praia, as 'soirrées' dançantes nos clubes balneários, os passeios. Nos de chuva, a nossa gente elegante ficará em casa, burguesamente, junto à vitrola doméstica, tendo jornais e revistas, jogando pôquer, ouvindo através dos janelões foscos, o ruído monótono das chuvas sobre os canteiros e os telhados vizinhos." (PRA VOCÊ, 1930: 23).

Em relação aos estudos ou profissões, a situação ainda era um pouco controversa, mas ainda assim praticamente delimitada pela questão do casamento e da maternidade, como pode ser visto em alguns escritos psiquiátricos da época:

“É conveniente que a mulher exerça uma profissão? As respostas variam conforme os casos. Certas profissões absorvem-na inteiramente e afastando-a do lar e da educação dos filhos devem ser desaconselhadas. As vezes o desejo de se entregar as suas atividades profissionais conduz a mulher a uma esterilidade voluntária, o que é sempre um erro e um perigo. Profissões contudo existem (os exemplos podem se encontrar no pequeno comércio, na agricultura e nos trabalhos intelectuais) que permitem uma íntima e proveitosa colaboração dos dois esposos. Uma boa instrução geralmente constitui para a mulher uma sólida garantia. A ciência doméstica representa uma outra vantagem importante para a estabilidade do matrimônio” (BOLETIM DE HIGIENE MENTAL, abril de 1939).

Dessa forma, a mulher estava liberada ao estudo e ao trabalho desde que esses não interferissem nas suas missões sagradas de esposa e mãe, e, de preferência, apenas quando essas atividades extras fossem trazer algum benefício à família, ficando a “sólida garantia” apenas como um atrativo a mais na procura pelo casamento.

Pode-se dizer que a preparação para o magistério era a principal (e quase exclusiva) opção para aquelas que desejassem continuar seus estudos, ou até mesmo se preparar para o matrimônio ou outras atividades femininas disponíveis na sociedade:

“Opção comum tanto para as mulheres que precisavam trabalhar para garantir a sua sobrevivência e que pretendiam efetivamente lecionar, como para aquelas que buscavam se preparar para o casamento ou, ainda, para as que almejavam a profissionalização em outras áreas, uma vez que o magistério se configurou num dos únicos espaços de atuação profissional respeitável para as mulheres da classe média até pelo menos o final da década de 1930.” (ROCHA, 2005: 02)

A atividade de professora possuía essa consideração devido a sua associação às qualidades de extensões das “habilidades naturais” femininas, principalmente no que se relacionava aos recursos pedagógicos e métodos para adaptação do ensino a diferentes graus de desenvolvimento; ao exercício do “sentimento maternal” ao tratar com crianças; e à atuação em um ambiente de trabalho relativamente protegido e sem concorrência com o outro sexo (SOUSA,

2008:01-15).

Contudo, podia-se encontrar também ofertas de serviços mais específicos, e que requeriam maior experiência, como os de auxiliares, ajudantes e secretárias:

“COLOCAÇÃO PARA MOÇAS – Precisa-se de uma com boa aparência, inteligente, ativa e desembaraçada para um trabalho externo e distinto. Cartas do próprio punho para Barbosa, na posta restante deste jornal.”

“EMPREGADO – Precisa-se de uma moça que seja boa correspondente e faturista e conheça outros serviços de escritórios. A tratar à rua da Conceição, 41, Boa Vista.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 03/03/1940)

Além desses, telefonistas, visitadoras da Saúde Pública ou educadoras sanitárias (as precursoras da profissão de enfermeira no Recife) estavam entre os cargos bem cotados para mulheres, principalmente por envolverem uma educação que não ameaçava a integridade da família ou os homens, além de serem adequados à constituição física “frágil” do sexo feminino (SOUSA, 2008:01-15).

As telefonistas estiveram entre as primeiras mulheres a trabalhar no início do século XX, quando começaram a surgir as primeiras empresas brasileiras do ramo de telecomunicações^x. Seu trabalho consistia em receber telefonemas e conectar o aparelho telefônico a um painel à sua frente, de forma a transferir a ligação. O salário era equivalente ao de uma secretária: suficiente apenas para sustentar uma moça solteira (UEDA, 1999).

Alguns estudos apontam para o fato de as mulheres haverem monopolizado este ramo devido a o ambiente de trabalho ser fechado e longe dos “olhares públicos”, enquanto outros destacam os “dons naturais” femininos como justificativa: “o tom mais alto das cordas vocais femininas era mais compreensível. Além disso, os clientes comportavam-se de forma mais amigável ao ouvirem uma voz de mulher ao telefone.” Contudo, o mais comum na época, entre os periódicos, estava em destacar mesmo as aptidões caricaturais da mulher para essa profissão: ser bisbilhoteira e tagarela (MALUF; MOTT, 1998: 404).

Já as visitadoras da Saúde Pública ou educadoras sanitárias, beneficiadas, em Pernambuco, pela reforma sanitária, com ênfase na Assistência aos Alienados, do governo de Carlos de Lima Cavalcanti, atuavam como “auxiliares da saúde”, de forma a possibilitar a ampliação dos métodos de higiene entre a população:

“Instituindo práticas que visavam impressionar e convencer da importância dos hábitos de higiene, em espaços que iam dos centros de saúde, escolas, hospitais, fábricas até as próprias casas, as iniciativas encetadas pelas

educadoras tinham na infância o seu alvo prioritário. Entretanto, nem só as crianças deveriam se constituir em objetos de atenção desses profissionais. Por intermédio delas, procurava-se atingir suas famílias, ensinando-lhes um padrão de vida considerado civilizado, expresso em práticas desejáveis de asseio pessoal e do vestuário, higiene do lar, alimentação e cuidados com os filhos.” (ROCHA, 2005: 03)

Sua formação era realizada através de cursos coordenados por Ulysses Pernambucano, e direcionada para as áreas de saúde mental e auxílio psicológico, sendo as alunas previamente diplomadas como professoras pela Escola Normal (LUCENA, 1979: 270).

O trabalho concentrou-se principalmente em torno do Serviço de Higiene Mental, em Recife, voltado para os três princípios básicos da reforma: saúde, instrução e moral (ROCHA, 2005: 01-14). Dessa forma, em algumas situações, acabou adquirindo um verdadeiro caráter de “cruzada”:

“Percorrendo terrenos pantanosos, subindo morros, enfrentando a incompreensão dos que pronunciavam desdenhosamente a palavra 'visitadora', penetrando casebres úmidos e sem asseio, nós as monitoras do Serviço de Higiene Mental, vamos a procura dos doentes que tiveram alta do Hospital de Alienados ou se matricularam no Correia Picanço.” (BOLETIM DE HIGIENE MENTAL, setembro/1934: 05)

Além disso, algumas outras escolas fundadas no Recife durante a década de 1930 acabaram por contribuir com a instrução feminina, tais como a Escola Doméstica de Pernambuco, situada à Avenida Conde da Boa Vista, onde se ensinava as “artes” do lar: culinária, decoração, costura, jardinagem e puericultura^{xi}; o Internato “5 de Julho”, situado à Avenida 17 de Agosto, voltado para a educação de jovens delinquentes; o Conservatório Pernambucano de Música e a Escola de Belas Artes de Pernambuco (GOMINHO, 2007:142).

Todas essas atividades acima citadas podiam até representar uma inovação para as mulheres, mas na verdade eram deslocamentos permitidos, em sua maioria, apenas para moças solteiras, e de preferência, acompanhadas. Mesmo assim, as que eram obrigadas a lidar com o público geralmente seriam preteridas como esposas, devido a sua “exposição” ao mundo.

Já no caso mais específico das professoras, a “solteirice” ou “esterilidade voluntária”, durante o período em que exercesse a profissão, chegava, em muitos casos, a ser uma questão de moral (SOUSA, 2008:06), uma vez que se a mesma aparecesse grávida, acabaria despertando uma “curiosidade” inadequada nos alunos, cuja inocência não deveria ser maculada: “Evitava-se,

então, que os alunos questionassem uma possível sexualidade daquela mulher.”

Mas fora desta situação específica, o celibato não era de forma alguma incentivado, sendo até mesmo apontado como responsável pelo declínio da beleza e saúde feminina, uma vez que as mulheres seriam feitas para serem esposas e mães, e esse constituiria o único “garantidor de sua saúde”:

“A maior parte das mulheres que ficam virgens depois de ter atingido o desenvolvimento completo são assaltadas por uma multidão de indisposições mortais, inimigas da beleza e da saúde. Na medida em que tardam a cumprir os deveres de amante e de mãe, sua pele tende a tornar-se terrosa e baça.”
(MALUF; MOTT, 1998: 387)

Dessa forma, uma das últimas fotografias que as moças da elite pernambucana conseguiriam fazer publicar na revista seria a de seu casamento, onde, figurando ao lado do marido, sairia da cena social disponível a outros olhares masculinos, e começaria sua verdadeira vocação: a de “guardiã” da moralidade e dos bons costumes.

O casamento era então proposto como a realização da vida de uma mulher, devendo esta, a partir do mesmo, renunciar a suas vontades em favor de um bem maior: a construção da família, “ pilar” da nação:

“É fazendo pouco ou nada, que a mulher produz os dois tesouros do mundo. Quais? A criança, o homem, a beleza a força das raças. Que mais? A flor do homem, essa flor de arte, doçura e humanidade que se chama civilização. Tudo isso deriva, desde a origem, da cultura delicada, terna, paciente, que a mulher esposa e mãe, nos deu no lar.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 3 de março de 1940)

Este ideal estava também diretamente associado a determinados símbolos religiosos que evocavam a pureza, como os anjos; além da própria figura da Virgem Maria^{xii}, “símbolo da mulher sem mácula que se dispôs a seguir os desígnios de Deus, sem questioná-los” (LIMA; MARTINS, 2006). Assim, através de exemplos da busca pelo anonimato e pelo serviço em favor dos outros, estes símbolos acabavam por promover certo incentivo à submissão e à passividade feminina, de modo que as atitudes de uma mulher nada mais deviam ser além daquelas designadas por Deus; apenas o que lhe fosse natural.

Reforçando as “designações” de Deus, havia também o Código Civil de 1916, que estabelecia como as mulheres deveriam agir em seus papéis de esposa: “Art. 240. A mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e

auxiliar nos encargos da família (art. 324)” (CÓDIGO CIVIL, 1916); além dos preceitos médicos da época que, como já mencionado, associavam o matrimônio à felicidade e à saúde: “os casados são mais felizes que os não casados” (BOLETIM DE HIGIENE MENTAL, janeiro/junho de 1945: 03).

Entretanto, todo cuidado deveria ser tomado, pois deste “pouco” que cabia à mulher dependia o sucesso do matrimônio, e o próprio interesse masculino por ele também. Qualquer deslize de caráter ou personalidade da mulher poderia desencorajar os interesses masculinos por ela, como demonstra a descrição de uma cena presenciada em uma confeitaria elegante da cidade, onde uma noiva “atormenta” seu pretendente por meio de caprichos e mudanças de humor.

Após analisar o que pediria, e fazer diversas perguntas ao garçom, a noiva muda novamente de ideia, formando-se o seguinte diálogo:

(Noiva) – Psiu! Garçom! Chama-o Ricardo.

(Noivo) – Que queres?

(Noiva) – Pensei melhor. Quero sanduíches com cerveja.

(Noivo) – Não o chamarei outra vez. Tenho vergonha.

(Noiva) – Ah! Muito bonito filho, muito bonito! Terei, então, de tomar o café com fiambre, como se eu fosse uma simples costureirinha?

(Noivo) - Foi o que pediste.

(Noiva, olhando-o com desprezo) – Não me fales mais. (Põe-se a olhar fixamente quatro rapazes que dizem pilhérias na mesa fronteira. Os rapazes sorriem e cochicham)

(Noivo) – Se não deixares de olhar para aqueles imbecis, vou-me embora.

(Noiva) – Pois vai. (PRA VOCÊ, 1930: 10)

Depois de várias outras discussões que se seguem, ele exclama por fim: “Por que és assim? Sabes que te quero... Não compreendes que não posso viver sem ti? Por que não és boazinha?” O autor termina por concluir que o fato de, apesar de tudo, o noivo ainda haver dado o braço à pretendente, no final, mostra “que os noivados imbecilizam os homens. Razão pela qual nunca serei noivo, Deus me livre!” (PRA VOCÊ, 1930: 10).

Outro artigo, denominado “Uma noite divertida”, chama a atenção para a responsabilidade da mulher na formação da “imagem social” de seu marido, através da demonstração das impropriedades do comportamento incoerente de uma senhora para com seu marido, que considerava um passeio à noite desconfortável:

- “ - (Ela) Vamos. Apressa-te! Estamos quase na hora...
- (Ele) O Municipal deve estar quentíssimo... Vou suar em bicas...
- (Ela) Mas precisamos ser vistos. É chic.
- (Ele) Não será tão chic assim. Já estou com a roupa amarrotada... Não. Decididamente não posso apresentar-me assim...
- (Ela) Uma nova desculpa? Não sabes mais o que inventar. Já chega a ser ridículo.
- (Ele) És invencível. Está bem... Seja. Vou me sacrificar ao teu capricho.
- (Ela) Então vais te sacrificar ao meu capricho?
- (Ele) Exato.
- (Ela) Nesse caso, agradeço-te. Prefiro não ir.
- (Ele) Melhor.
- (Ela) Não, pensando bem, acho que devo ir.
- (...)” (JORNAL DO COMÉRCIO, 3 de março de 1940).

Como pode ser percebido a partir desses exemplos acima, definia-se bem esta carga - quanto ao interesse pelo casamento - imposta à mulher casada, de quem ainda era esperado que permanecesse em casa ao longo do dia, indo às ruas apenas para obter o necessário aos cuidados relativos aos afazeres domésticos, na providência para que seu lar estivesse impecável ao marido e aos filhos.

Levando-se em consideração a carga de trabalhos domésticos imposta às donas de casa, que podem ser observadas a partir de descrições da época, não surpreende que todo o seu dia fosse dividido entre tarefas, como limpeza e cuidado dos filhos, impedindo maiores deslocamentos no perímetro urbano:

“Pela manhã, arejar as camas; preparar as roupas; limpar os 'trastes'; fazer almoço, que, embora frugal, deveria sempre apresentar aspecto agradável; fazer a limpeza da casa; cuidar do vestuário das crianças; almoçar com os 'petizes' e os fazer ir para escola; abrir as janelas; ajeitar as camas; arrumar os quartos; varrer, enfim, por tudo em ordem. Isso terminado, a boa dona de casa deveria fazer a sua toalete e, com aspecto sempre jovial, dar início ao jantar, de modo que ficasse tudo pronto para receber o 'chefe' e as crianças; lavada a louça e repostada em seu lugar, a maior parte da tarde seria preenchida com a lavagem da roupa branca que, em seguida, seria consertada (nenhum rasgão se deixaria para o dia seguinte) e passada a ferro. Feita a refeição da tarde era hora de as crianças irem para a cama. Esta era considerada como sendo a

melhor hora para a dona de casa cuidadosa 'verificar o estado da roupa de todos, para assentar as despesas do dia, para verificar o que havia de sobras no guarda-comidas e pensar no cardápio do dia seguinte.'

Ao lado dessas atividades, o cotidiano incluía ainda uma série de outros afazeres difíceis e demorados, distribuídos pelos dias da semana: na segunda-feira, separar a roupa para ser lavada e preparar a barrela; na terça, lavar; na quarta, dobrar e separar aquela que deveria ser consertada; na quinta, fazer os consertos; na sexta, passar; no sábado, fazer uma limpeza geral que incluía tirar os tapetes e sova-los no quintal com um batedor especial, limpar o assoalho – lavando com água, esfregando com areia e tijolo ou com casca de coco, secando com pano e encerando, tudo de joelhos, para finalmente lustrar com um pesado escovão. No domingo... Bem, como as coisas foram preparadas de véspera, 'é o dia consagrado inteiramente a família. Vestidinhas as crianças com roupinhas domingueiras, que mal haverá de fazê-las passear um pouco?'" (MALUF; MOTT, 1998: 407-408).

Todo este "pouco" deveria ser executado de forma impecável, pois além de promover a felicidade familiar, toda a sua habilidade e o seu bom senso quanto à disposição dos elementos domésticos eram uma forma de se conhecer a psicologia da dona de casa:

"Esta verdade poderá parecer chocante mas, a mulher verdadeiramente elegante faz de sua gosto uma lei, e a sua casa, seu apartamento, ou simplesmente o seu quarto, refletem a impressão dela própria, é o seu espírito que reside nos menores aspectos e todas as horas do dia, desde as primeiras horas do desporto, ao momento de ir para a cama dormir, esta mesma personalidade, a mesma originalidade se evidencia, traindo em cada móvel, em cada objeto, o domínio amável e simpático da pessoa que o rege.

(...) O simples arranjo de uma jarra de flores, a colocação de um quadro, objetos de arte, caixas de bombons ou cigarros, em tudo adeja o espírito da mulher que determina essas disposições." (JORNAL DO COMÉRCIO, 20-03-1941)

Essa carga de trabalho, além de ser cumprida inteiramente, deveria manter as donas de casa em constante aparência de alegria e beleza, como sugerem diversas ilustrações e imagens de propagandas de alimentos e produtos de limpeza observadas em periódicos, constituindo toda uma pedagogia de como a mulher deveria sentir-se realizada na execução de seus trabalhos "naturais".

O ciúme, constituído de um sentimento de inferioridade, de acordo com a perspectiva psiquiátrica, acabaria gerando uma tensão entre os cônjuges: “as pessoas que a sentem mostram-se inseguras da responsabilidade de seus dotes pessoais, de sua boa aparência ou inteligência, fazendo-se mister experimentá-lo contra um competidor” (BOLETIM DE HIGIENE MENTAL, julho de 1939).

Voltado contra a situação do marido, sempre às voltas com seus afazeres nas ruas, poderia implicar não só o desequilíbrio mental da mulher, mas principalmente o futuro do seu marido, colocando em risco toda a prosperidade da família:

“Certas espécies de esposas ficam muito bem a encabeçar a lista das causas particulares de falhar-se na vida prática. (...) Aquelas conhecedoras de sua inferioridade, em relação ao marido, cobram ciúmes dos elementos que contribuíram para a ascensão dele. Não poucos homens ficaram impedidos de executar o que eram potencialmente capazes devido a seu sincero amor a uma esposa dessa classe” (BOLETIM DE HIGIENE MENTAL, julho de 1939).

Quanto à constante observação com a educação dos filhos, forma pela qual também eram sempre retratadas em estado de felicidade, destaca-se que deveria ser permanente em seus mínimos detalhes também, uma vez que tudo na vida da criança poderia acabar se tornando a diferença entre um futuro saudável ou o desenvolvimento de alguma tara.

As raras oportunidades em que as mulheres casadas deveriam ser vistas nas ruas do Recife davam-se em virtude de suas idas à Igreja. O itinerário era considerado praticamente obrigatório, especialmente aos domingos pela manhã. As missas nas mais variadas igrejas das paróquias ocorriam geralmente de hora em hora (JORNAL DO COMÉRCIO, 02-03-1941: 10); assim era, ainda, provida às mulheres a oportunidade de, em dias de semana, dedicarem-se a alguma atividade extradoméstica: podiam auxiliar na organização de festas religiosas ou participar de grupos de devoção, como mostram as chamadas da “Seção Religiosa” do Jornal do Comércio:

“Pia União das Filhas de Maria – estão sendo avisadas as Filhas de Maria da Matriz de São José, de que não haverá hoje, a reunião mensal, bem como o anunciado retiro.” (Jornal do Comércio, 02-03-1941: 10)

“Confraria das Mães Cristãs do Recife – hoje às 15 horas se realizará a reunião mensal da Confraria das Mães Cristãs, na Capela do Colégio Eucarístico. Pedese o comparecimento das conselheiras e associadas.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 14-03-1941: 11)

Pode-se observar a partir da leitura destes anúncios que, mesmo oferecendo às mulheres casadas uma oportunidade de atividades extras, estes encontros com motivos religiosos ocorriam apenas uma vez ao mês, de forma a não interferir nos afazeres domésticos, que eram a prioridade da mulher.

Outra questão interessante a ser observada a partir da segunda metade da letra do samba citado inicialmente, é o fato de a principal personagem feminina estar sendo motivo de lamentações saudosas por parte de seu companheiro, como acontecia em muitos casos em que a mulher tinha de “abandonar” o lar e trabalhar fora para ajudar no sustento de casa.

Apesar de o Código Civil decretar que apenas com autorização do marido e por propósitos de necessidade a mulher deveria exercer atividade fora de casa (“Art. 242: A mulher não pode, sem autorização do marido ... Exercer profissão (art. 233, nº IV) – CÓDIGO CIVIL, 1916), aliava-se ainda o desprezo social destas atividades, a existência do próprio caráter de dupla jornada que essas atividades significavam para a mulher: “Ser boa dona de casa deve ser uma qualidade intrínseca da 'alma feminina', não importando se de uma doutora ou de uma engomadeira.” (MALUF; MOTT, 1998:403)

E se essa realidade era pouco apreciada pela sociedade, pelos poderes públicos tornava-se ainda mais problemática (frente à necessidade de fortalecimento de determinado ideal de família dirigido pela esposa/mãe, dedicada exclusivamente ao lar), apesar de ser cada vez mais frequente, principalmente entre setores mais humildes da população.

Uma vez que as categorias de moralidade e feminilidade da época não se modificavam frente à cada vez maior presença feminina nas ruas da cidade, e o sentimento de culpa incutido pela psiquiatria e órgãos governamentais (apelando para o abandono das famílias) não surtia efeito (BURITI. 2004: 1-9), as punições encontravam sua vez, sendo uma das mais fáceis e eficazes a taxação da “desobediente” como louca.

Para Maria de L. De M., internada em 03 de maio de 1943 a pedido de uma colega, e constando então de 23 anos, a situação foi exatamente esta. Solteira e católica na época, Maria havia sido criada por seus pais em ambiente familiar com harmonia, em boa relação com seu irmão, mas havendo sido sempre muito nervosa e irritável (PRONTUÁRIO 4365).

Sua mãe era calma e não fazia uso de tóxicos, ao passo que seu pai possuía um temperamento irritável; sua infância foi ainda marcada por doenças típicas como varíola e sarampo, sem menções de nada mais sério (PRONTUÁRIO 4365).

Aos 16 anos, Maria foi internada no Colégio do Padre Venâncio, sendo posteriormente transferida, pelo período de 1 mês, para o Colégio de Santa Tereza, onde vivia desde então facilmente adaptada ao internato. Contudo, apesar de suas experiências escolares, sua instrução não passava de rudimentar (PRONTUÁRIO 4365).

Relatou sua colega que Maria há muito sofria de corrimentos dolorosos, já tendo

frequentado seções espíritas como meio terapêutico, além de procurado tratamento médico. Contudo, há cinco meses da internação, haveria voltado de seus tratamentos com sintomas de perturbação mental como: grande perda de memória e da capacidade para trabalhar, risos e choros imotivados, tonturas, sensação de peso na cabeça, insônia e extremidades frias. Contou ainda que Maria estava saindo de casa e levando de dois a três dias para voltar (PRONTUÁRIO 4365).

Diferentemente do que acontecia com a maioria dos outros pacientes, Maria foi examinada mais de uma vez durante sua internação, tendo a evolução de seu comportamento em relação ao tratamento bem descrita em sua ficha (PRONTUÁRIO 4365).

Em seu primeiro exame, apresentou-se calma e com a fisionomia expressiva, respondendo a todas às perguntas com detalhes, de modo bem comunicativo. Encontrava-se bem orientada no tempo e no espaço, sem distúrbios da memória ou de associação de ideias. Não referia também nenhum tipo de alucinações auditivas ou visuais (PRONTUÁRIO 4365).

Quando interrogada sobre sua doença, declarou sentir-se “diferente”, o que além de uma série de sintomas físicos significava, segundo sua explicação, que sentia-se estranha, olhando também com estranheza pessoas e objetos: “parece-lhe que não existe gente no mundo, que as pessoas com quem fala são irreais” (PRONTUÁRIO 4365).

No segundo exame, pouco mais de um mês depois, Maria já estava diferente, mais tímida e retraída; apesar de ainda declarar sua estranheza pelas coisas, demonstrou saudades do Colégio em que vivia e uma atenuação de suas queixas hipocondríacas: “não está mais doente” (PRONTUÁRIO 4365).

No último exame, três meses depois do internamento, Maria ainda apresentava uns poucos sintomas físicos, mas não dava mais mostras de timidez, aparentando calma e desembaraço – o que mereceu o registro do médico como “bom rapport” (PRONTUÁRIO 4365).

Maria foi caracterizada como do tipo leptosomático, e apesar de todas as reclamações de sua parte, sem anormalidades aparentes em seus sistemas (seu prontuário encontra-se cheio de exames para confirmação, com fezes, urina, escarro, e raios x). Diagnosticada com Priastenia, foi tratada primeiramente com cardiazol, num total de 19 seções de choque completo, durante os meses de maio, junho e julho, recebendo alta em 01 de setembro de 1943 (PRONTUÁRIO 4365).

Entretanto, Maria foi internada novamente no ano seguinte, em 14 de julho de 1944, devido a continuação dos distúrbios e queixas hipocondríacas, bem como a sensação de “despersonalização” e “irrealização” (PRONTUÁRIO 4365).

Desta vez Maria foi tratada com eletrochoques, em 6 seções nos meses de agosto e setembro, recebendo ao final destas o registro de “melhorada”. Sua melhora, na verdade, parece haver sido notada a partir da primeira seção, uma vez que se apresentou mais calma, declarando nada lembrar ou haver sentido.

Maria obteve alta a pedido da família, e deu entrada no hospital mais quatro vezes, totalizando seis entradas entre os anos de 1943 e 1957. Não há informações sobre sua saúde ou tratamentos empreendidos durante os quatro últimos internamentos (PRONTUÁRIO 4365).

Pode-se observar a partir do caso de Maria e das informações de jornais e revistas como os espaços urbanos também ajudavam a definir os tipos de mulher existentes na sociedade pernambucana. Maria, com maiores possibilidades de atuação, tendo sua família para sustentá-la, uma casa em que morar, e a possibilidade de estudar em diversos colégios, não resistiu às tentações que as ruas e uma maior circulação ofereciam e acabou por fim “seduzida”, na medida em que saía de casa demorando a voltar.

A “consciência” do lugar correto de uma mulher solteira na sociedade só aparece mesmo a partir da fala da colega de Maria que pede pela sua internação, na medida em que havia indicado como sintoma de seus distúrbios o fato de ela sair de casa sem voltar no mesmo dia.

Assim, é possível perceber como determinadas formas de utilização do ambiente urbano afirmavam (a partir de onde deveriam circular, com quem, a que horas e como as travessias deveriam ser feitas na cidade) os modelos e antemodelos que a teoria psiquiátrica criara, tornando sua prática e o dia-a-dia das mulheres presas em sua teia, a vivência da loucura.

Referências Bibliográficas

Arquivo de Assistência à Psicopatas de Pernambuco. Recife, ano II, n. 1, abril de 1932.

AZEVEDO, Ferdinando; MACHADO, Rita de Cássia Ivo de Melo. As correntes do pensamento católico cívico-social nos anos 1930-1952 no Nordeste. In: *Revista de Teologia e Ciências da Religião*. Ano V n. 5, p. 85-106, dezembro/2006.

Boletim de Higiene Mental. Recife: Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas, 1933-1935.

CARRILHO, Heitor. Ulysses Pernambucano e a organização dos serviços de Assistência a Psicopatas em Pernambuco. In: *Estudos Pernambucanos dedicados a Ulysses Pernambucano*. Recife: Jornal do Comércio S. A, 1937.

COUCEIRO, Sylvia Costa. A sedução da noite nos cafés do Recife dos anos 1920: entre prazeres e transgressões. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: ANPUH, 2007.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O Espelho do Mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FERREIRA, Brasília Carlos; LIMA, Jacob Carlos. Tradição e Modernidade: trabalhadores urbanos no Nordeste. In: *Anais do XVIII Encontro Anual da ANDOCS*. Caxambú: ANDOCS, 1994.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Capítulo 5: “Intervenções urbanas: confecção de paisagens como ideologia da modernização”. In: *Recortes de Paisagem na cidade do Recife: uma abodagem*

geográfica. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, p. 111-123, 2007.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza Americana X Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40)*. Pernambuco: Ed. Do Autor, 2007.

Jornal do Comércio. Recife: Gráficas do Jornal do Comércio, anos de 1936-1940-1941.

LIMA, Rita de Lourdes de; MARTINS, Paulo Henrique. As mulheres no Catolicismo. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (organizadores). *Gênero e Preconceitos: anais* [recurso eletrônico]. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

LUCENA, José. Ulysses Pernambucano e sua escola de psiquiatria social. In: *Neurobiologia*. Recife, v. 42, n. 4, 253-282, outubro/dezembro de 1979.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Vol 3; São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

MELO FILHO, Lilian Renata de. *O Centro Educativo Operário em Recife durante o Estado Novo (1937-1945): educação e religião no controle dos trabalhadores*. Dissertação (Mestrado) em Educação – Universidade Federal de Pernambuco. CE. Recife: o Autor, 2006.

Nosso Século. Memória fotográfica do Brasil no século 20. Vol. 3: 1930/1945: A Era Vargas.

Prontuário nº 3024, In: Livro 3001 a 3050, mulheres, ano de 1939.

ⁱ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto C. Miranda.

ii Em 1904, o prefeito Eduardo Martins tomou "medidas disciplinadoras" quanto à coleta de lixo; Dantas Barreto, na primeira década do século XX, modificou a estrutura do Recife com os planos do engenheiro Saturnino de Brito; o serviço de bondes elétricos começou a funcionar em 1914, seguido da nova rede de esgotos em 1915; entre 1922-1926, no Governo de Sérgio Loreto, reorganizaram-se os serviços de Saúde e Higiene públicas, a erradicação dos mocambos e a construção de casa populares; a inauguração da ponte aérea Recife-Rio de Janeiro-Buenos Aires em 1925, e a chegada do Graff Zeppelin em 1930. (REZENDE, 2005: 100).

iii A modernidade, segundo alguns estudos, seria um momento de reflexão crítica, marcado pela busca constante do novo em oposição ao antigo; pelas ideias de avanço linear; e pela velocidade vertiginosa, que não permite uma compreensão das profundidades das mudanças.
Movimento típico dos centros urbanos, apresentaria uma materialidade no cotidiano da sociedade, que por sua vez estaria marcado por um sentimento de segurança baseado nas instituições e no maior domínio da natureza, ao mesmo tempo em que precisaria ainda recorrer a certo tradicionalismo. Dessa forma, caracterizar-se-ia como um processo contraditória, capaz de criar conflitos pela destruição/recriação de valores (REZENDE, 1997: 107-136).

iv Entre as décadas de 1950 e 1960 surgiu um movimento de reforma psiquiátrica, conhecido por sua luta "Antimanicomial", cuja ideologia, baseada em teóricos como David Cooper, Ronald Laing, Franco Basaglia e Michael Foucault, passou a questionar a própria concepção de doença, considerando o hospital psiquiátrico um "cárcere" usado ao longo do tempo pela classe dominante, como um lugar para depositar os excluídos (OLIVEIRA, 2008: 01-20).

v A Escola Psiquiátrica do Recife foi o nome pelo qual ficou conhecido o grupo de profissionais influenciados ou sob a orientação de Ulysses Pernambucano, principalmente durante a década de 1930. Destaca-se a participação não só de médicos, como também de educadores e outros profissionais envolvidos com a pesquisa e prática da problemática da saúde mental em Pernambuco (PADOVAN, 2007: 36).

vi Alguns autores (GOMES, 2007: 111-124; REZENDE, 1997: 57-105) referem-se ao movimento de modernização das cidades, ocorrido a partir do início do século XX, como sendo de caráter estimulante para determinados grupos da sociedade, como os jovens, pelas perspectivas de progresso e pelas promessas de "avanço da verdadeira civilização" que continham em si. Em Pernambuco não foi muito diferente, pois tendo-se o Rio de Janeiro e suas reformas como modelo a ser seguido, uma parcela da população sentia-se atraída pelas reformas: "Populares gostavam de ver o avanço das obras de reforma do bairro (do Recife). Aos espíritos moços fazia bem aquele

derrubamento em massa, aquele aniquilamento de vielas e becos, para que tudo, depois, se reerguesse novo, amplo, arejado” (GOMES, 2007: 111-112).

- vii A publicação intitulada “Pra Você” era uma revista semanal ilustrada, de propriedade da empresa do Diário da Manhã. Seu conteúdo incluía anúncios de produtos eletrodomésticos, poesias, marchinhas, contos e informações sobre as últimas novidades na sociedade recifense. Os volumes consultados para esta pesquisa referem-se aos meses de Março, Abril e Maio de 1930, podendo ser encontrados na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) – Setor de Obras Raras.
- viii Os chamados “dancings” eram uma espécie de baile, inspirado nos modelos americanos, onde frequentemente os jovens se reuniam para tomar os “drinks” e dançar ritmos como o Jazz e o Fox-trott. Já os “souper-dancings” constituíam uma ocasião em que havia jantares seguidos de bailes (Pra Você, 1930: 15).
- ix Com a moda dos “maillots”, que deixavam à mostra ombros e pernas femininas, os banhos de mar e de piscina começaram a propagar uma nova moda de “peles bronzeadas”, que acabou tornando-se uma espécie de padrão de beleza (Nosso Século, 1980: 100).
- x As primeiras linhas telefônicas do Brasil datam de 1887, após a Exposição do Centenário da Independência dos Estados Unidos um ano antes, quando D. Pedro II foi introduzido ao aparelho inventado por Graham Bell. Seus primeiros exemplares tinham o objetivo de fazer a comunicação entre repartições do governo, órgãos militares e bombeiros. A partir de 1979, quando se deu a outorga para a exploração dos serviços telefônicos no Brasil, diversas companhias ganharam a concessão, sendo de responsabilidade de José Lepold Bougard a instalação de linhas telefônicas no estado de Pernambuco.
No início da década de 1930, a responsabilidade por seu funcionamento estava nas mãos do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), dividido em 41 regiões e subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas (UEDA, 1999).
- xi Puericultura era o nome dado aos conhecimentos e técnicas de cuidado com as crianças, de acordo com os preceitos da saúde mental (BOLETIM DE HIGIENE MENTAL).
- xii Estas associações faziam parte da orientação doutrinária católica, que principalmente a partir de grupos devotos à Virgem, como a Congregação Mariana, objetivavam uma participação na formação de um ideário cívico-social para a nação, com bases católicas (AZEVEDO; MACHADO, 2006: 85-106).